



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTARIA Nº 435/2016**

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**GERSON CÁRDOSO NUNES**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

**RESOLVE:**

**ART. 1º**- Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos relatados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, conforme memorando nº 849/2016, parte integrante desta portaria na forma de anexos, referente a um acidente de trânsito envolvendo o servidor público municipal, **MARCIO ZANETTI DA SILVA**, ocupante do cargo de motorista, matrícula nº 81680.

**ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

**ART. 3º** - A Comissão nomeada pela Portaria nº 264/2015, que designam Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **FERNANDA DIAZ FLORES**, Advogada, matrícula nº 8690-8, **FRANCIANE MOTA VILELA MILECH**, Assistente Social, matrícula nº 87793 e **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o processo, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

**ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

**GERSON CÁRDOSO NUNES**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

**FERNANDA SILVA DA SILVEIRA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**RELATÓRIO FINAL-Portaria nº435/2016**

**Senhor Prefeito Municipal,**

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar vem apresentar o presente relatório, após a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº435/2016, conforme memorando nº849/2016, o qual foi instaurado visando a apurar a conduta do servidor Marcio Zanetti da Silva, considerando o acidente ocorrido em 23/11/16 com caminhão da coleta seletiva, o qual era conduzido pelo Sr. Marcio.

**PRELIMINARMENTE**

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, acarretando unicamente como efeito a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida.

**DOS FATOS APURADOS E DA PROVA**

Da análise do conjunto probatório, concluímos que há responsabilidade do servidor Marcio Zanetti da Silva.

Por primeiro, informo que foi oportunizada a defesa do servidor, conforme fl.38/39, todavia a defesa foi apresentada de forma extemporânea.

Assim, em relação aos pedidos de produção de prova, os mesmos vão desde já indeferidos, sendo que em relação ao pedido de perícia no caminhão, salienta-se que tal medida seria inócua, tendo em vista que o caminhão foi consertado nos meses de 12/2016 e 01/2017, tendo em vista o interesse da coletividade na continuação do serviço, conforme documentos das fls. 39/57.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Em que pese a intempestividade da defesa, é necessário destacar que a sua tese é contraditória, pois primeiramente o servidor aduz que o acidente ocorreu por conta de problemas mecânicos no caminhão que, inclusive, já tinham sido relatados ao Prefeito Municipal da época, todavia, em seguida o servidor informa que o acidente ocorreu porque o caminhão caiu em um buraco, sendo que tudo foi muito rápido e que o acidente poderia ter tido consequências mais severas. Afirma, ainda, que os danos no veículo foram mínimos.

Pela prova carreada, entendemos pela responsabilização do servidor porque o mesmo agiu com desídia no desempenho das suas funções, bem como descumpriu dever funcional de exercer seu cargo com zelo e dedicação de acordo com as atribuições do seu cargo de motorista, inclusive em face da conservação do patrimônio público.

Por qualquer lado que se análise a questão, é possível vislumbrar a falta funcional do motorista.

Inicialmente, evidente que o servidor foi negligente no exercício do seu cargo, pois mesmo sabendo que o caminhão estava estragado e com necessidade de conserto optou por continuar trafegando com o mesmo, assumindo o risco de causar um acidente e, até mesmo, causar lesões à terceiros, como de fato ocorreu.

Observa-se que não houve a comprovação de que tenha havido comunicação oficial/formal do servidor para os seus chefes a respeito dos defeitos que o caminhão da coleta seletiva vinha apresentando.

E, ainda que se considere que houve comunicação informal, tal fato não retira a obrigação do funcionário de zelar pelos seus instrumentos de trabalho e pela segurança do exercício da sua função de motorista, se o caminhão da coleta apresentava defeitos críticos que comprometiam a segurança e estava sem condições de trafegar, sendo um risco para a coletividade e para o próprio motorista, obviamente, o servidor não poderia ter saído para as ruas para percorrer o trajeto do lixo enquanto o caminhão não fosse devidamente consertado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ainda, há de se ressaltar a existência de imperícia do motorista ao cair em um “buraco”, já que há mais de três anos o servidor Marcio trabalha sozinho no caminhão da coleta coletiva, efetuando o mesmo percurso frequentemente, tendo pleno conhecimento das dificuldades das vias que percorre. Assim, um buraco capaz de gerar o acidente em questão, o qual não foi de pequena monta, com certeza era visível e de conhecimento de quem utiliza a rua, especialmente dos motoristas que costumam frequentar o local quase que diariamente.

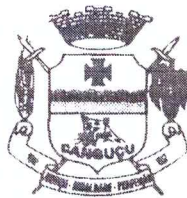
Nesse contexto, necessário destacar o depoimento da Sra. Bianca Gobel da Rosa, supervisora da coleta seletiva no Município, o qual retrata algumas condutas negligentes do servidor na condução do caminhão, o que corrobora a presente decisão:

*(...)Informou que o Marcio é uma pessoa muito prestativa, mas existiam reclamações sobre ele, por parte dos cooperados. Eles reclamavam que o Marcio atendia o celular varias vezes ao volante, essa era a reclamação recorrente. (...)*

Afora o exposto, esta comissão não pode ignorar os depoimentos das Sra(s) Bianca Gobel da Rosa e da Sra. Itatiara Volz Rickes quanto ao fato de que no momento do acidente o servidor Marcio teria noticiado que teve um “apagão”, o que, inclusive, constou no boletim de ocorrência (fl. 04).

Considerando a importância da função do servidor, o qual é motorista, sugerimos que o mesmo seja afastado da coleta coletiva até ser submetido a uma perícia médica, a fim de avaliar as condições de saúde do servidor e a possibilidade do mesmo continuar exercendo as suas funções de motorista no caminhão da coleta seletiva.

Desse modo, esta comissão entende pela responsabilidade do servidor Marcio Zanetti da Silva, em face do acidente ocorrido em 23/11/2016 com o caminhão da coleta seletiva municipal, considerando as seguintes infrações previstas no Estatuto Municipal dos Servidores Municipais de Canguçu:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Art. 169:** São deveres dos servidores:

*IX – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, bem como pela economia e conservação do material sob sua guarda e do Patrimônio Público;*

**Art. 170:** *É proibido ao servidor qualquer ação ou missão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à administração pública, especialmente:*

*XVIII – proceder de forma desidiosa no desempenho das funções;*

Dessa maneira, considerando as infrações impostas, opina-se pela aplicação das seguintes penalidades:

**Art. 175:** A pena de **advertência verbal** será aplicada em casos de negligência.

**Art. 176:** A pena de **repreensão** será aplicada por escrito nos casos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres.

Ainda, esta comissão recomenda que o caminhão da coleta seletiva seja dirigido por dois motoristas, os quais deverão se revezar no exercício da função da coleta, tendo em vista a tensão de tal atividade.

Por fim, o servidor também é responsável pelo ressarcimento ao erário, considerando a sua responsabilidade no acidente, de forma que deverá ressarcir o valor do conserto do caminhão, R\$37.301,77, conforme fl.42, o qual poderá ser parcelado, a fim de facilitar o pagamento pelo servidor.

Desse modo, esta comissão opina :

- a) Pela responsabilização do servidor Marcio Zanetti DA Silva, com enquadramento no art.169 IX e 170 XVIII da Lei 2249/2003 e aplicação das penas de advertência verbal e repreensão por escrito, de acordo 175 e 176 da Lei 2239/2003;
- b) Pela responsabilização do servidor pelo pagamento quantia de R\$37.301,77, referente ao valor gasto com o conserto do caminhão;






**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

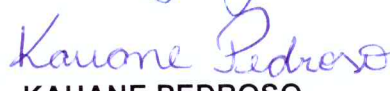
- c) Pelo encaminhamento do servidor Marcio para uma perícia médica, a fim de que seja avaliada a sua condição e saúde, física e psicológica.
- d) Que o serviço da coleta seletiva seja realizado por dois motoristas, mediante revezamento.

Este é o relatório.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 27 de julho de 2017

  
**Maíra S. Camacho Guilayn**  
**Presidente da Comissão**

  
**KAUANE PEDROSO**  
**Secretária da Comissão**

  
**FRANCIANE MOTA VILELA MILECH**  
**Membro da Comissão**

 do Acordo

